



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SAMANTHA COSTA CONCEIÇÃO

**EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NO CAMPUS DE ALTAMIRA**

ALTAMIRA, PARÁ

2022

Samantha Costa Conceição

**EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NO CAMPUS DE ALTAMIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, do *Campus* Universitário de Altamira, da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Roseane Rabelo Sousa Farias

ALTAMIRA, PARÁ

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C837e Costa Conceição, Samantha.
Experiências de escolarização de alunos com deficiência da
Universidade Federal do Pará no Campus de Altamira / Samantha
Costa Conceição. — 2022.
32 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Roseane Rabelo Souza Farias
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de
Educação, Altamira, 2022.

1. Discentes. 2. Ensino Superior. 3. Deficiência. 4.
Inclusão. I. Título.

CDD 370

**EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NO CAMPUS DE ALTAMIRA**

Elaborado por

SAMANTHA COSTA CONCEIÇÃO

Como requisito para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia

Apresentado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Roseane Rabelo Souza Farias

Prof^ª. Dra. Fernanda Cristine dos Santos Bengio (Membro da Banca Examinadora)

Prof^º. Ms. Jonata Souza de Lima (Membro da Banca Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus por estar ao meu lado em todos os momentos, mas principalmente em minha trajetória acadêmica. Foi uma vivência preparada por ele, no qual pude me conhecer e me fortalecer.

Agradeço aos meus pais que tanto amo. Obrigada por todo apoio e incentivo que me deram, e sempre sorrirem nas vídeochamadas, mesmo quando a saudade e o peito apertava, vocês foram e sempre serão meu alicerce.

Agradeço as minhas irmãs queridas, Maysa e Sumara. Obrigada por vocês existirem e serem o motivo da minha alegria hoje e sempre. Amo muito vocês.

Agradeço ao meu amor, amigo e companheiro de todas as horas, Luís Renato, que sempre esteve ao meu lado para tudo. Só Deus sabe o tamanho da minha gratidão por você existir e estar presente aqui.

Quero agradecer a minha querida orientadora, Roseane Rabelo, por esses anos me apoiando nessa experiência única que guardarei no fundo do meu coração com muito carinho. Espero ainda continuar nessa trilha de conhecimentos e aprendizados ao seu lado. Você é uma inspiração para mim e para muita gente.

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, ao CNPq, a Divisão de Acessibilidade (DAC) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) do campus de Altamira; agradeço à todos pela oportunidade das experiências e conhecimentos científicos adquiridos durante esses anos.

Agradeço, principalmente aos sujeitos da pesquisa que contribuíram para a realização do meu trabalho, sem vocês isso não seria possível. Aos meus amigos que ganhei durante esses 4 anos, em especial Bia, Tadeu e Talita, vocês moram no meu coração e tornaram essa caminhada mais leve. Obrigada a todos que passaram pela minha vida durante essa jornada que apenas começou, vocês plantaram em mim os melhores aprendizados.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por sempre estar presente em minha vida. Aos meus familiares por todo o incentivo e apoio. A todos que de certa forma contribuíram para a realização deste estudo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
3	METODOLOGIA	10
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	11
4.1	ACESSO E ACESSIBILIDADE	13
4.2	APRENDIZAGEM	16
4.3	PERMANÊNCIA.....	18
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS.....	25
	APÊNDICE 1	29
	APÊNDICE 2	30

EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NO CAMPUS DE ALTAMIRA

SAMANTHA COSTA CONCEIÇÃO

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia (2019)

Faculdade de Educação-*Campus* Universitário de Altamira-Universidade Federal do Pará

E-mail: samanthacosta599@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo as experiências de escolarização de alunos com deficiência em uma Instituição de Educação Superior. E tem como objetivo identificar e analisar as trajetórias de escolarização de alunos com deficiência que ingressaram nos cursos de graduação, no qual a questão central da problemática é: Como a experiência da deficiência marca a trajetória de escolarização no ensino superior? Em decorrência disso, trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa. E para dar centralidade às experiências dos discentes optou-se pela utilização de questionário. Dessa forma, a pesquisa revela que a trajetória acadêmica é singular para cada sujeito. E de um modo geral, a Universidade Federal do Pará do campus de Altamira tem procurado contribuir no desempenho da inclusão, porém precisa melhorar bastante e driblar as barreiras que ainda acontecem, cientes de que para se construir uma cultura de acessibilidade é fundamental pensar no acesso, na acessibilidade, na aprendizagem e na permanência.

Palavras-chave: Discentes; Ensino Superior; Deficiência; Inclusão.

ABSTRACT

This work has as its object of study the schooling experiences of students with disabilities in a Higher Education Institution. And it aims to identify and analyze the schooling trajectories of students with disabilities who entered undergraduate courses, in which the central question of the problem is: How does the experience of disability mark the trajectory of schooling in higher education? As a result, this is a field research with a qualitative approach. And to give centrality to the students' experiences, it was decided to use a questionnaire. Thus, the research reveals that the academic trajectory is unique for each subject. And in general, the Federal University of Pará on the Altamira campus has sought to contribute to the performance of inclusion, but it needs to improve a lot and overcome the barriers that still exist, aware that in order to build a culture of accessibility it is essential to think about access, accessibility, learning and permanence.

Keywords: Students; University education; Deficiency; Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Para Larrosa (2002, p. 24) “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, ou seja, não se tratam de simples ideias sobre determinadas situações, mas sim uma experiência pensada e sentida, de forma afetiva e moral “e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou [...] na arte ou nas convicções religiosas” (THOMPSON, 1981, p.186). E as experiências de escolarização dos alunos com deficiência são atravessadas por experiências peculiares, que podem ou não marcar sua história, a qual orientam o caminho a ser trilhado.

As experiências de escolarização de discentes do ensino superior, atravessam suas construções psíquicas, ditam moralidades e criam valores orientando seu posicionamento no mundo. Também não são experiências construídas em um vazio histórico e cultural. É certo pensar essas trajetórias de escolarização como resultado de uma historicidade. Por meio dessas experiências, uma determinada compreensão de si é formulada, bem como uma compreensão de educação, direito e política. Por isso, destaca-se a centralidade das experiências dos discentes, na concepção de experiência formulada por Thompson (2002), certa de que ela modifica distintamente o processo educacional. Isso inclui os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, “podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo” (THOMPSON, 2002, p. 13).

Nessa perspectiva, a motivação pela temática surgiu a partir da vivência como pesquisadora e bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (2020-2022), atrelada a Divisão de Acessibilidade do campus universitário de Altamira, na qual foi possível desenvolver um estudo com os discentes com deficiência sobre suas trajetórias de escolarização. Desta forma, me instigou a realizar a pesquisa, em nível de Trabalho de Conclusão de Curso.

Diante do exposto, questiona-se: **Como a experiência da deficiência marca a trajetória de escolarização no ensino superior?** O trabalho trata de responder a problemática de pesquisa aqui apresentada a partir dos resultados expressados pelos sujeitos de pesquisa, com questões que podem influenciar na trajetória acadêmica de modo positivo ou não.

A partir desse questionamento, foi elencado como objetivo geral para a construção dessa pesquisa: identificar e analisar as trajetórias de escolarização de alunos com deficiência que ingressaram nos cursos de graduação. Todavia, especificamente: Atentar para as relações entre táticas e estratégias de aprendizado vivenciadas por estes estudantes durante o seu processo de

escolarização; identificar fatores pessoais, educacionais e sociais impactantes nas trajetórias de escolarização; destacar as práticas educacionais e sociais que favoreceram o acesso, a acessibilidade, a aprendizagem e a permanência desses alunos nos espaços educacionais.

O procedimento metodológico deste estudo é de cunho qualitativo com modalidade de pesquisa de campo, e como utilização de instrumento de coleta de dados o questionário aplicado pelo aplicativo do Google Forms, destinado para alunos com deficiência dos cursos de graduação. Visto que, a Universidade Federal do Pará é lócus desse estudo e os participantes da pesquisa são alunos com deficiência matriculados nos cursos de graduação do campus universitário de Altamira, a qual o acesso a esses alunos foi mediado pela Divisão de Acessibilidade e Assistência Estudantil do próprio lócus.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É recente, em todo mundo, as discussões sobre o reconhecimento dos direitos humanos da pessoa com deficiência. A Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com deficiência - CDPD (2006), da Organização das Nações Unidas (ONU), foi um marco importante nesse sentido. De certo, por meio dela, houve destaque para o reconhecimento das diferenças e para a garantia de direitos básicos com a intenção de promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Após aprovação no Congresso Nacional Brasileiro, a Convenção foi ratificada pelo Decreto 6.949/2009. Também conhecida como Convenção da ONU, sua incorporação em nosso ordenamento jurídico se deu com *status* de emenda constitucional. Isso significa, segundo Caiado (2009), que todas as leis que contemplam os direitos e demandas das pessoas com deficiência deverão se adequar ao conteúdo da Convenção, caso contrário, serão invalidadas por inconstitucionalidade. Segundo a Convenção, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A participação plena e efetiva de pessoas com deficiência na sociedade está implicamente relacionada ao desenvolvimento de políticas públicas, que devem ser organizadas a partir de um conhecimento acerca dessa população. Informações publicadas por organismos nacionais e internacionais que permitem uma visualização mais concreta da população chamada de deficiente, em todo o mundo, são recentes. Em 1872 houve pela primeira vez uma investigação de deficiências na população brasileira, porém somente em 1989, por meio da Lei

Federal 7.853 (Art. 17), se tornou obrigatória a coleta de dados sobre deficiência nos censos demográficos. Esses dados só começam a aparecer nos Censos Demográficos a partir de 1991.

Em 2010, a população com deficiência no Brasil representava 23,9%, o que implicava, aproximadamente 45,6 milhões de pessoas, sendo a maior parte vivendo em áreas urbanas, 38.473.702, ante 7.132.347 nas áreas rurais. A maioria das pessoas com deficiência do país são mulheres. A maior incidência é a deficiência visual, seguida pela auditiva, motora e intelectual. Em 2018, o IBGE mudou a forma de interpretar os dados criando um novo indicador baseado no modelo biomédico de compreensão da deficiência. A intenção é considerar somente as pessoas que tem muita dificuldade ou as que não conseguem de modo algum. Com essa mudança espera-se refinar a apuração de uma demanda de usuários de recursos de tecnologia assistiva, o que pode facilitar no planejamento de uma oferta de serviços e de políticas públicas. Com essa nova interpretação a proporção de pessoas com deficiência na população é de 6,7%, muito inferior aos 23,9%. De certo é uma questão que precisa compreender seus impactos, uma vez que a história das pessoas com deficiência tem sobre si as marcas da nulidade, situações de apagamento que atravessam suas experiências.

No que diz respeito à educação formal, houve um aumento do número de matrículas em todas as etapas e modalidades de ensino, segundo os dados de órgãos oficiais sobre a escolaridade de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Tais dados revelam pontos positivos da política de inclusão, porém é necessário reconhecer que somente isso não basta.

Em virtude da densidade de certas representações que foram criadas acerca da pessoa com deficiência, como a de não-escolarizáveis, o acesso à educação foi obstaculizado, porém tais sujeitos encontram maneiras de desconstruir essas formas de conhecimento: eles se apropriam das balizas e criativamente as deslocam, as reinventando. Para entender essas artes criativas se faz necessário, segundo Certeau (2014), fazer a distinção entre estratégias e táticas. A estratégia é o lugar do poder estabelecido. É neste lugar onde está vinculado o poder hegemônico e dominante, que se encontram as regras do jogo. Já a tática é uma produção silenciosa, que fica na espreita, esperando o tempo propício para intervir no jogo. Dessa forma, as experiências de escolarização de alunos com deficiência se organizam nesta relação entre táticas e estratégias, onde fatores pessoais, educacionais e sociais impactam positivamente ou negativamente em suas trajetórias educacionais.

Essas experiências são reveladoras de um teor simbólico e valorativo que repercute na compreensão da própria escolarização e da própria compreensão de deficiência. Visto que, torna-se necessário reconhecer que o paradigma meritocrático minoriza as possibilidades das

peças com deficiência ao acesso e permanência no ensino superior. Isso marca suas trajetórias de escolarização e a vida das pessoas, suas expectativas e perspectivas de sociedade e de mundo. E para construir trajetórias de escolarização exitosas requer pensar no acesso, na acessibilidade, na aprendizagem e na permanência desses discentes.

3 METODOLOGIA

Para compreender as experiências de escolarização de alunos com deficiência da Instituição, foi utilizado uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, a considerar que esse procedimento não corresponde a redução de características a serem estudadas, mas sim um espaço repleto de significados e valores (MINAYO, 1998). A escolha desta concepção de estudo resulta, por entre outras questões, pela possibilidade que ela permite de visualizar o fenômeno no contexto onde algumas dessas situações de experiência ocorrem valorizando o significado que as pessoas dão às situações e eventos.

Nesta perspectiva, quanto a modalidade é a pesquisa de campo, pois segundo Tozoni-Reis (2009) caracteriza-se pela ida aos espaços educativos para a busca de dados, objetivando compreender os fenômenos que ocorrem no mesmo, no qual a pesquisa poderá contribuir para a construção do saber educacional a partir da interpretação. Por este efeito, a pesquisa de campo é fundamental para identificar e analisar as trajetórias de escolarização de alunos com deficiência que estão cursando sua primeira graduação, no qual foram acompanhadas pela Divisão de Acessibilidade (DAC) onde a pesquisa está atrelada.

É necessário um exercício de descartar hipóteses fechadas antes de qualquer abordagem de aproximação. Isso não implica em neutralidade, mas sim, um compromisso com a perspectiva adotada pela pesquisa, que se fez constantemente no próprio processo de investigação, logo há espaço para a subjetividade e para a reflexividade na construção de significados (BOGDAN & BIKLEN, 1994). A pesquisa segue os princípios éticos de respeito e consentimento pelos sujeitos em participar da mesma como descrito na Resolução CNS 510/2016:

I - assentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa – criança, adolescente ou indivíduos impedidos de forma temporária ou não de consentir, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, justificativa, objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos. A obtenção do assentimento não elimina a necessidade do consentimento do responsável;

XIII - participante da pesquisa: indivíduo ou grupo, que não sendo membro da equipe de pesquisa, dela participa de forma esclarecida e voluntária, mediante a

concessão de consentimento e também, quando couber, de assentimento, nas formas descritas nesta resolução;

Dessa forma, o lócus de investigação foi a Universidade Federal do Pará no campus de Altamira (UFPA/CALT) e o universo da pesquisa foi delineado sobre o olhar dos sujeitos: os alunos com deficiência matriculados nos cursos de graduação do Campus de Altamira. O acesso a esses alunos foi mediado pela Divisão de Acessibilidade e Assistência Estudantil. E os critérios para a seleção dos sujeitos que participaram da pesquisa foram os seguintes: maiores de 18 anos, que já tenham cursado o primeiro ano de graduação, apresentem disponibilidade para participar da pesquisa, bem como aceitação e interesse pelo tema da investigação.

Sendo assim, foi elaborado um questionário, através do Google Forms, pois segundo Martins (2020), seus recursos em tempo real ajudam na otimização do gerenciamento das avaliações e seus resultados. Vale mencionar, que esta ferramenta, aplicada no ano de 2021, foi utilizada devido a medida protetiva de distanciamento do cenário pandêmico da Covid-19, uma vez que houve dificuldades para acessar os alunos e muitos deles não estão residindo na cidade, e que através do aplicativo possibilitou uma praticidade mútua da pesquisa.

Em seguida, foi encaminhado para os discentes que mantêm contato com a Divisão de Acessibilidade (DAC) do campus universitário de Altamira, no qual responderam um questionário com 18 perguntas do tipo múltipla escolha, com centralização às experiências deles como discentes com deficiência dentro da instituição. Desse modo, foram tratadas temáticas norteadoras como fatores pessoais/educacionais/sociais.

Para a seguinte análise dos dados levantados, serão destacados os termos de acesso, acessibilidade, aprendizagem e permanência, que acompanha outras discussões que são relevantes para a compreensão deste estudo, relacionados a possíveis discriminações sofridas na universidade, assistência estudantil e apoio pedagógico/psicológico. Posteriormente, logo abaixo dos tópicos, seguiram os gráficos dos resultados e suas devidas análises.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, o campus de Altamira possui aproximadamente, 31 alunos com deficiência, distribuídos nos cursos de Geografia, Biologia, Medicina, Letras e Pedagogia. É o segundo campus com maior quantidade de alunos matriculados, porém muitos não estão ativos. De acordo com os dados, a maioria dos discentes no campus de Altamira, apresentam deficiência

visual com um número de dezesseis alunos; três deficientes auditivos; e doze deficientes físicos (UFPA, 2021).

Visto que a deficiência visual entende-se por pessoas cegas ou com baixa visão, no qual a cegueira seria a “perda total da visão, até a ausência da percepção da luz. Ela pode ocorrer desde o nascimento e, nesse caso, se classifica como congênita e ainda pode ser adquirida ao longo da vida da pessoa” (TORRES; SANTOS, 2015, p.36), incluindo também a visão monocular que é a cegueira de um dos olhos. E a baixa visão pode ser compreendida pelo enfraquecimento e a “[...] alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados” (BRASIL, 2006, p.16).

Já a deficiência auditiva (perda leve ou moderada) e a surdez (perda profunda) compreende-se pela perda da audição que pode ser congênita ou adquirida, no qual a congênita para Honora e Frizanco (2008, p.27) ocorre “quando o indivíduo já nasceu surdo e, neste caso, a surdez é pré-lingual, ou seja, ocorreu antes da aquisição da linguagem” e a adquirida “quando o indivíduo nasce ouvindo e perde sua audição no decorrer da vida”.

E a deficiência física é entendida pelas condições motoras que comprometem a mobilidade da pessoa, que “(...) compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grande limitações físicas de grau e gravidades variáveis” (BRASIL, 2006, p. 28).

Dessa forma, foi encaminhado o questionário para todos os alunos do campus UFPA/ATM e houveram 11 retornos, no qual os sujeitos têm idades entre 20 a 60 anos. Destaca-se no quadro de demonstração abaixo:

Quadro 1: Caracterização dos discentes PCDS do campus universitário de Altamira.

DEFICIÊNCIA	CURSOS	Nº
Visual, física	Pedagogia	2
3 física, 1 auditiva, 3 visual	Medicina	7
Auditiva	Geografia	1
Física	Ciências biológicas	1
Total=		11

Fonte: Autoria própria, 2022.

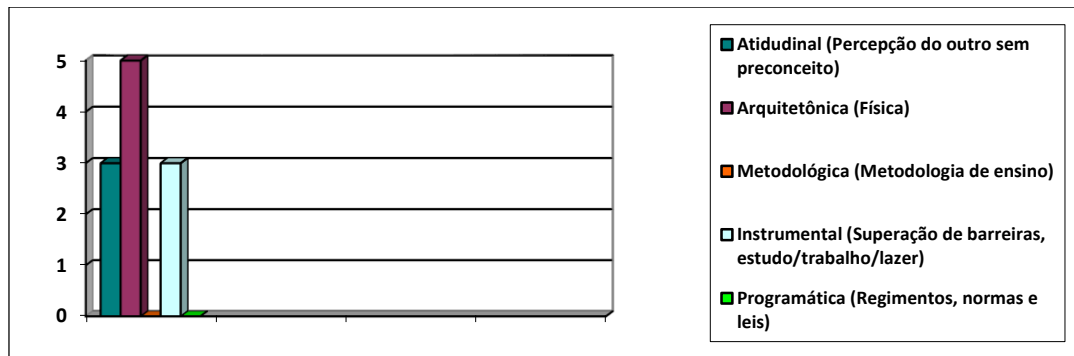
O quadro explicita os dados de quem deu retorno à pesquisa, cujo está especificando a quantidade de alunos com deficiência e seus devidos cursos. Destes, dois alunos são do curso de Pedagogia, sete de Medicina, um de geografia e um de Ciências biológicas. No que compete ao ingresso dos estudantes dentro da Universidade, dentre os onze participantes, observa-se que sete são do curso de medicina e que revela uma demanda maior de entrada de pessoas que procuram este curso.

4.1 ACESSO E ACESSIBILIDADE

Ter acesso à universidade não necessariamente implica em ter condições de acessibilidade e quiçá aprendizado e permanência. De certo são questões distintas, porém necessariamente interdependentes. Os termos acesso e acessibilidade não possuem o mesmo significado e ocorrem vários momentos em que são confundidos. Segundo Manzini (2008), a palavra acesso traz embutida a ideia de sair de um determinado lugar ou situação e ir para um lugar ou situação diferente. No que diz respeito à garantia do direito à educação, a palavra acesso implica condições legais, direitos igualitários, luta, movimento social e legal para efetivar o direito. Isto é, em um sentido amplo, implica no ingresso de estudantes à universidade por meio de um processo seletivo.

Enquanto a palavra acesso “implica processo de mudança, busca. A palavra acessibilidade indica um produto concreto” (MANZINI, 2008, p. 285), no qual este produto concreto pode repercutir diretamente na aprendizagem, porque são relacionadas ao cotidiano educacional, como a qualidade de acessar um produto, lugar ou informação sem nenhuma barreira, o que se torna essencial para favorecer a permanência dos estudantes, de modo que atua como um mediador na criação de zonas de desenvolvimento proximal (ZDP), que é a distância existente entre o que a pessoa consegue fazer de forma independente e o que ela consegue realizar de forma assistida ou com o auxílio de alguém. Desta forma, a aposta no desenvolvimento potencial do ser humano é fundamental para criar um espaço acolhedor, de respeito às diferenças, e aberto à diversidade de métodos, de ensino e de visões de educação. Baseado em Vigotsky (2007), podemos pensar a educação como um processo comprometido com a construção da humanidade, em que todos estão aptos a aprender, independente de suas diferenças de capacidades, com auxílio ou não.

Assim, o questionamento abaixo traz questões relacionadas tanto ao termo acesso quanto o de acessibilidade, no qual a pergunta se direciona: Em relação a acessibilidade, na sua opinião o que precisa melhorar na universidade?

Gráfico 1- Acessibilidade relacionada com o acesso.

Fonte: Autoria própria, 2022.

No gráfico acima, dentre as opções, direciona a qual ponto deve-se destacar a acessibilidade para possíveis melhoras no campus, tal qual, cinco pessoas afirmaram que a universidade precisa melhorar na parte Arquitetônica (física), três pessoas frisaram a questão Programática (regimentos, normas e leis) e outras três pessoas informaram que precisa melhorar na parte Instrumental (superação de barreiras em ferramentas de estudo, atividades profissionais e lazer).

Nesta perspectiva, primordialmente se faz necessário a compreensão da acessibilidade como um todo, de modo a distinguir este entendimento de acordo com Sasaki (2009) e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sabendo que existem seis dimensões que as compõem, a saber:

TIPOS DE ACESSIBILIDADE	
Arquitetônica	Sem barreiras para acesso em ambientes físicos.
Comunicacional	Sem barreiras na comunicação entre pessoas
Metodológica	Sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação, entre outros.
Instrumental	Sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios, entre outros (ex: tecnologia assistiva).
Programática	Sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas, dentre outros.

Atitudinal	Sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência.
------------	---

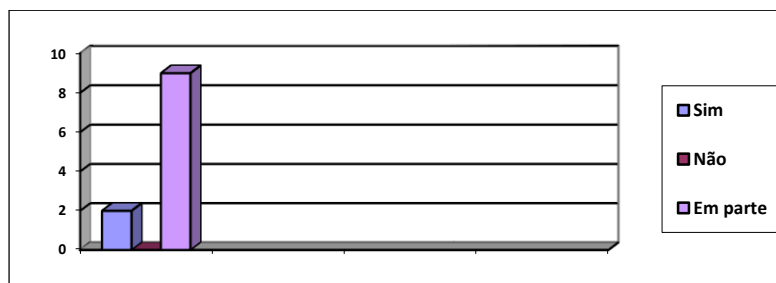
Fonte: Autoria baseada nas dimensões de acessibilidade de Sasaki (2009)

Nesse viés, apesar dos termos acesso e acessibilidade aparecem interligados na pergunta, torna-se necessário compreender que são diferentes, mas que se interligam e precisam ser uma via de mão dupla na Universidade. O primeiro trata da garantia da entrada desses sujeitos no ensino superior falado acima e o segundo diz respeito aos direitos estruturais no seguimento dele no ambiente de escolarização, no qual a acessibilidade não se limita às barreiras físicas, de modo que todas as seis dimensões se interligam para acontecer a acessibilidade.

E conforme o gráfico 1, exprime uma atenção maior para com o espaço físico da Universidade, assim como na didática e na garantia das Ações Afirmativas, pois o acesso de pessoas com deficiência no ensino superior evolui em termos numéricos, mas que ainda representa uma população pequena de pessoas com deficiência nesse processo escolarização (MARTINS; LEITE; LACERDA, 2015). Visto isso, a UFPA/ATM pode estar apenas oferecendo as exigências legais de modo parcial, no qual proporciona o acesso, mas deixa a desejar no local que não se torna acessível, o que dificulta no exercício dos direitos básicos de conforto, segurança e autonomia.

Baseado no mesmo contexto, foi questionado: A Universidade oferece condições necessárias para receber os alunos com deficiência?

Gráfico 2- condições de acessibilidade da universidade.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Ainda sobre a questão da acessibilidade dentro do campus, dos onze participantes, nove acreditam que ‘em parte’ a universidade oferece condições necessárias para receber os alunos

com deficiência e duas pessoas afirmaram que sim. Sendo assim, este “em parte” pode significar um alerta a direção para possíveis melhoras no espaço.

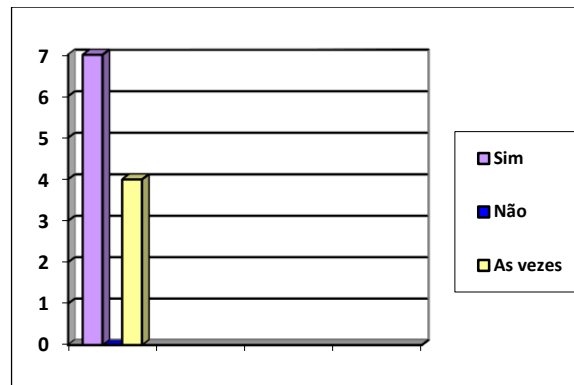
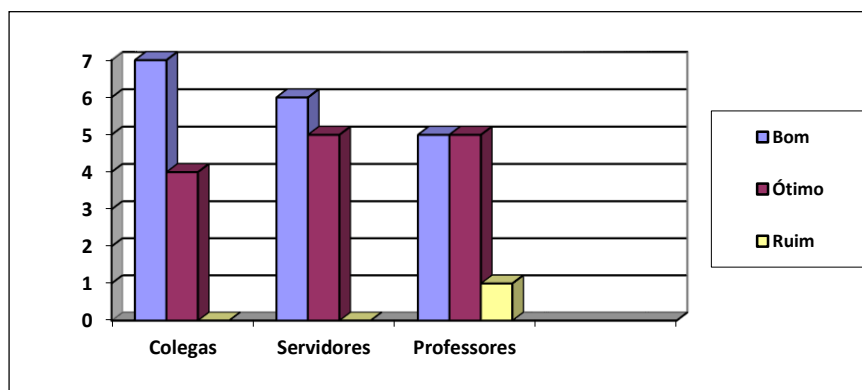
Vale ressaltar que, no campus universitário de Altamira, desde 2017 vem se lutando para consolidar a Divisão de Acessibilidade- DAC. Essa luta diz respeito à conquista de espaço físico, mobiliários e equipamento para desenvolver uma cultura de acessibilidade que busque articular os diferentes Órgãos e Departamentos da Universidade. E para promover a acessibilidade necessária aos alunos, público alvo desse serviço, a DAC busca efetivar as relações de ensino, pesquisa e extensão, atuando em parceria com a Assistência Estudantil, localizada no campus de Altamira e a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade- COACCESS, localizada no Campus de Belém.

No entanto, é fundamental uma articulação maior dessas práticas, e que para isso se torna necessário uma parceria com todos os envolvidos da universidade, para que consiga contemplar todos os discentes. E embora a prática inclusiva seja recente, “(...) este panorama novo exige das instituições o desenvolvimento de políticas de apoio e acompanhamento com ações que vão além da disponibilidade de vaga”. (TOMELIN et al., 2018, p. 94), ou seja, pessoas com deficiência têm conseguido esse acesso às universidades, porém após o acesso não há, muitas vezes, a garantia da acessibilidade. Neste sentido, é primordial que o campus de Altamira disponha de estratégias para reconhecer de fato a pluralidade que existe neste espaço, para que assim possa atender as demandas que os discentes trazem, sem limitar seus direitos básicos sociais.

4.2 APRENDIZAGEM

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Nº 13.146, 2015, Art. 27, a educação consiste no direito da pessoa com deficiência ser amparada através do sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado para seu progresso, segundo suas necessidades. Desta forma, a aprendizagem é “um processo de construção de significados e atribuição de sentido” e o ensino é a “ajuda necessária para que esse processo se realize na direção desejada” (SCHEERENS, 2004).

Abaixo, direcionada a aprendizagem, foi questionado aos estudantes se são incluídos na turma, nos trabalhos em e nas trocas de informações com eles. Posteriormente, uma pergunta sobre a avaliação do relacionamento com os colegas, servidores e professores da sua Faculdade, ambos são essenciais para o processo de escolarização.

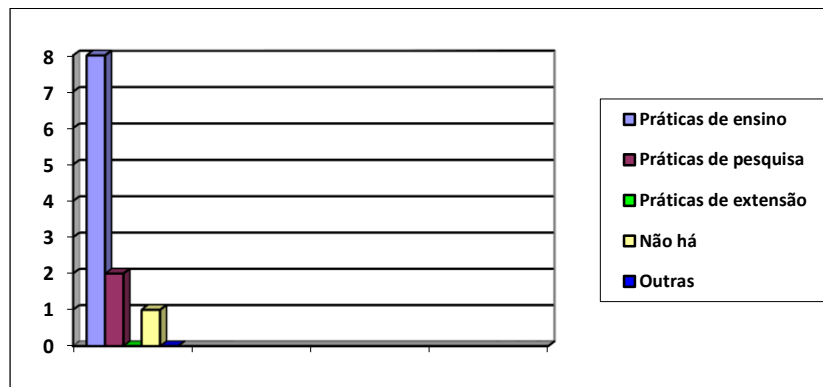
Gráfico 3- Inclusão na aprendizagem.**Gráfico 4-** Relacionamento com colegas, servidores e professores.

Fonte: Autoria própria, 2022.

De acordo com o gráfico 3, com relação à inclusão na aprendizagem nesse espaço, sete alunos afirmam serem incluídos em trabalhos em grupos e outros quatro alunos dizem que às vezes se sentem incluídos. E conforme o gráfico 4, questionado sobre o relacionamento com colegas, servidores e professores, os discentes destacam um bom relacionamento entre si, no qual uma pessoa dentre as onze disse ter um relacionamento ruim com professores.

Por este fato, é importante atentar para essa questão posta pelos discentes, pois a grande parcela dos alunos dizem serem incluídos, mas isso não evita o sentimento de exclusão às vezes de alguns. Então, relacionamento bom não significa que basta, mas sim uma busca de se fazer melhorias no que diz respeito à inclusão, visto que ela “é um processo complexo e que necessita de ações transformadoras e realistas que promovam a conscientização do direito de todos à educação” (TOMELIN *et al.*, 2018, p. 96).

Assim, ainda com relação à aprendizagem, foi questionado: quais as práticas educacionais que favorecem sua consolidação de permanência na universidade? Foi dado cinco opções para as possíveis respostas dos estudantes.

Gráfico 5- Práticas educacionais da Universidade.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Relacionado às questões das práticas educacionais que os favorecem, o gráfico revela que oito afirmam que são práticas de ensino, dois dizem respeito à pesquisa e um afirma que não há práticas educacionais que o favoreça na Universidade para sua permanência. E com relação a uma pergunta que retrata a participação dos discentes em outras atividades dentro do campus, além do ensino, do total de onze participantes, uma pessoa faz parte de pesquisa de extensão, duas de estágio e sete não participam de nenhuma atividade, além das aulas.

Analisando esses fatores, é primordial atentar para as práticas educacionais que a universidade oferece, pois podem ou não estarem sendo inclusivas, visto que poucos alunos estão envolvidos nas atividades (ensino, pesquisa e extensão) que existem dentro do campus, pois a quantidade de alunos bolsistas se torna uma parcela pequena dentro do total de estudantes aqui retratado. Assim, torna-se necessário que os “profissionais de educação estejam mais próximos dos estudantes a serem incluídos, que saibam como agir, como ensinar, como lidar com a diversidade e como ter dimensão técnica” (TOMELIN *et al.*, 2018, p. 97).

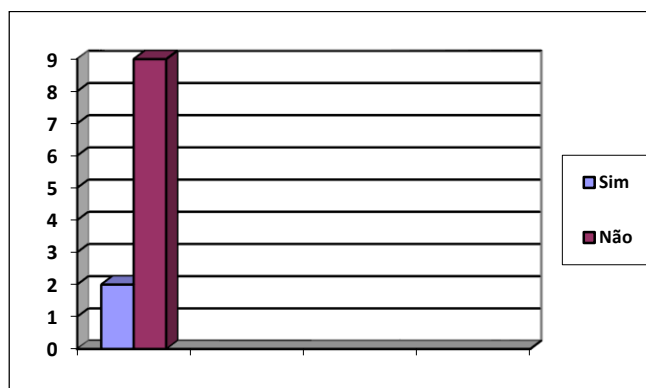
4.3 PERMANÊNCIA

Esta seção traz elementos sobre trajetórias de permanência na Instituição que irá passar por questões relacionadas ao preconceito, auxílios/assistência estudantil e desafios no percurso acadêmico.

Neste contexto, as experiências na Educação Superior são essenciais para a permanência e para o sucesso acadêmico dos discentes, a qual a permanência deles envolve muitos desafios de ordem interna e externa. E compreender suas dificuldades, possibilidades e expectativas vivenciadas é o primeiro passo para o percurso da inclusão dos estudantes com deficiência

(PIMENTA, 2017). Dessa forma, destaca-se a primeira pergunta: você já sofreu algum tipo de preconceito dentro da Universidade que impactou sua permanência?

Gráfico 6- Preconceito.



Fonte: Autoria própria, 2022.

No gráfico 6, que se refere a preconceito e discriminação sofridas dentro da universidade, nove discentes disseram que não sofrem e outros dois falaram que sim. E em uma pergunta parecida no questionário com opções entre sim, não e as vezes, cinco alunos dizem não existir preconceito e discriminação com os deficientes no campus, mas outros cinco relataram que as vezes acontece e apenas um disse que sim.

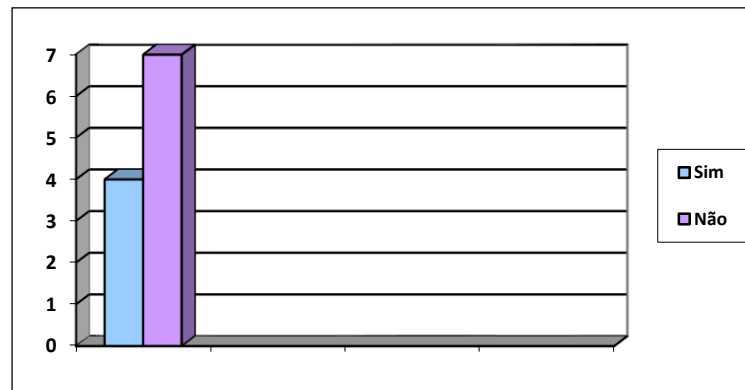
Os dados revelam um fator preocupante, pois de certa forma, a maioria dos discentes relatam que não sofreram discriminações, mas os mesmos dizem que isso acontece dentro da universidade, no qual duas pessoas relatam que já sofreram. Sendo assim, serve de alerta para a instituição para precaver este fator, evitando qualquer tipo de ato excludente, pois segundo Mantoan (2011), para que esse sentimento de superioridade perante ao outro seja revertido, a Universidade terá de enfrentar a si mesma, reconhecendo o modo como produz as diferenças neste espaço. Visto que “o preconceito encontra-se carregado de ideias que surgem da própria cultura e como sujeitos que vivem em sociedade, a cultura construída nas interações sociais pode facilitar ou dificultar o desenvolvimento do preconceito.” (PIMENTA, 2017, p.34), o que pode até mesmo está mascarado por comportamentos e atitudes disfarçadas por “brincadeiras”.

A educação, segundo Mantoan (2003, p.18) “(...) é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão”. Em virtude disso, é crucial não apenas existir respeito para que se firme a permanência de estudantes, mas também a importância de se compreender estas discussões. Educar para que pessoas não propaguem qualquer tipo de discriminação e qualquer tipo de exclusão. Visto que, de acordo com

documentos internacionais, o maior impasse para promover a inclusão em qualquer espaço são as barreiras e não a deficiência em si. Logo, se torna imprescindível um pensamento como o de Pimenta (2017, p.25) de que para que se tenha uma universidade inclusiva é necessário visar “(...) uma formação que possibilite a oportunidade de se diferenciar para perceber a sua diferença e, a partir disso, compreender que essas diferenças os tornam dialeticamente semelhantes.”

Relacionado a permanência, o próximo questionamento foi: Você tem acesso a algum auxílio/bolsa pela Universidade? Se sim, qual? Em seguida, suas devidas respostas.

Gráfico 7- Auxílios Estudantis.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Quanto ao acesso a algum auxílio/bolsa oferecido pela Universidade, sete alunos não recebem nenhum apoio de auxílios acadêmicos e outros quatro recebem, sendo um auxílio permanência, um bolsista PIBID, um auxílio PAI-PCD e um auxílio Inclusão Digital.

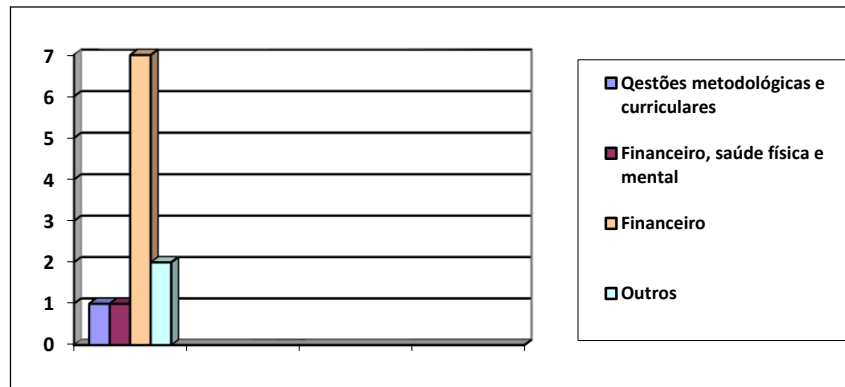
Nesse sentido, reafirmar a ampliação de informações sobre estes auxílios é uma grande aliada para direcionar o benefício a quem interessar ou precisar de alguma assistência financeira. Importante salientar quanto a bolsa, pois não visa somente os fins lucrativos, como também o incentivo a pesquisas que existem dentro da universidade, de modo que agregam positivamente no percurso acadêmico, tanto no ensino, quanto na pesquisa e extensão.

O diálogo com a Coordenadoria de Acessibilidade - COACCESS/SAEST/UFPA também tem possibilitado ganhos significativos para o fortalecimento de uma política inclusiva no campus de Altamira, por meio do Programa de Atendimento Individualizado- PAI e do Programa Bolsa Acadêmica Acessibilidade- PROBAC, que disponibilizou, através de processo seletivo, uma bolsa de monitoria. A Divisão vem buscando identificar os casos e demandas educacionais de alunos com deficiência no Campus Universitário de Altamira, pois o fortalecimento do “apoio financeiro e auxílio ao estudante é um dos elementos que favorecem

a continuidade dos estudos na educação superior, ou seja, contribui para sua permanência” (VELOSO; MACIEL, 2015, p.234).

No que diz respeito aos maiores desafios que os estudantes enfrentam para permanecer na Universidade, abaixo destacamos as seguintes opções:

Gráfico 8- Desafios para a permanência na instituição.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Diante do gráfico, sete dos participantes da pesquisa mostram como desafio para a permanência na Instituição a questão financeira. Assim como duas pessoas marcaram a opção de outros, somente um para a opção financeiro, saúde física e mental, e um para questões metodológicas e curriculares.

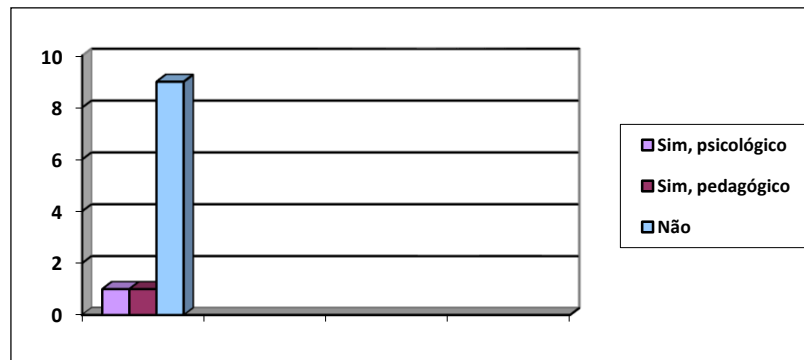
A Assistência Estudantil em diálogo com a DAC tem possibilitado um conhecimento das situações concretas vivenciadas pelos alunos com deficiência em situação de vulnerabilidade, fundamental para criação de estratégias sócio educacionais que visem à diminuição de situações de exclusão que emergem como barreiras durante a permanência desses alunos no ensino superior.

Embasada pelo Decreto nº 7.234/2010 que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a Assistência Estudantil visa possibilitar condições de permanência aos discentes tentando diminuir situações de retenção e evasão, provenientes de vulnerabilidade socioeconômica. Dessa forma, busca possibilitar a estes estudantes a participação nas atividades acadêmicas em igualdade de condições aos demais discentes, garantindo atendimento às suas necessidades básicas como alimentação, moradia e transporte. Somado a isso busca desenvolver programas e projetos de Atenção à Saúde (física e mental); Cidadania e Cultura; Esporte e Lazer, Acessibilidade; Inclusão Digital, Ensino de Línguas Estrangeiras e Apoio Pedagógico, buscando com isso colaborar com a formação ampliada dos discentes, indo além da sua formação acadêmico- profissional.

Nesse sentido, conforme o gráfico, diversas razões podem influenciar como desafio para uma boa permanência desses discentes dentro da universidade, como questões financeiras, saúde física e mental, metodológicas e curriculares, dentre outros, o que se torna um tanto contraditório pela quantidade de alunos sem auxílios e bolsas, mas como falado anteriormente, cada um tem suas especificidades e diversos fatores podem estar perpassando no cotidiano desse aluno, servindo como potencial para afetar o próprio psicológico.

Relacionado ao fator acima, foi questionado sobre o recebimento a algum apoio psicológico ou pedagógico da Faculdade/Universidade, seguindo as opções dadas abaixo.

Gráfico 9- Recebimento de apoio psicológico ou pedagógico.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Diante do gráfico exposto, um discente tem apoio psicológico, um tem apoio pedagógico e os outros nove estudantes não recebem nenhum tipo de apoio psicológico ou pedagógico oferecido pela Universidade, visto que a Instituição possui os dois tipos de atendimentos.

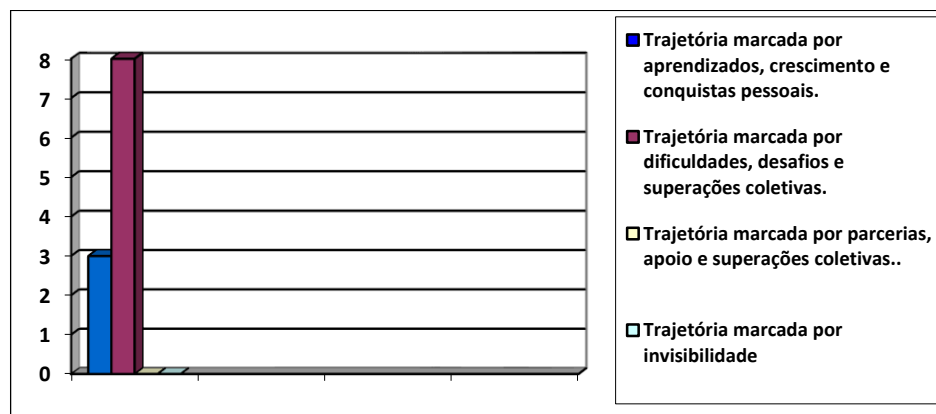
Nessa situação, é necessário compreender os reais motivos que levam o nível baixo de procura por esses apoios, pode ser tanto pelo fato de não precisarem mesmo, quanto por falta de informações e orientações. Cabe frisar, que os estudantes universitários tentam lidar sozinhos por diversas situações que podem ou não enfraquecer a permanência dentro da Universidade. E os apoios se articulam como ferramentas poderosas no combate à possível evasão desses alunos.

No campus de Altamira, existe o Projeto de Assistência Estudantil e Assessoramento Pedagógico- PASES que oferta tanto a assistência pedagógica quanto psicológica para todos os estudantes da universidade, sob funcionamento desde o ano de 2014. O Apoio Pedagógico se encontra no laboratório do Pases, localizado no campus 1 da instituição, no qual estimula a autonomia na aprendizagem, podendo auxiliar no desenvolvimento de práticas de estudo, de acordo com as potencialidades e dificuldades dos discentes. E o Apoio Psicológico, oferece um

acompanhamento de acolhimento aos graduandos, visto que ele colabora para evitar o adoecimento emocional, pois diversos alunos podem estar sofrendo de ansiedade ou depressão, seja mudança de cidade, frustrações, distância da família, dentre outros fatores.

Ainda ao referir sobre permanência, dadas as quatro opções abaixo, foi questionado sobre a melhor frase que representa a trajetória dos estudantes até o presente momento na Universidade, destacado no gráfico abaixo:

Gráfico 10- Marcas das trajetórias dos discentes.



Fonte: Autoria própria, 2022.

De acordo com o gráfico, relacionado às trajetórias acadêmicas, sete participantes revelam uma trajetória marcada por dificuldades, desafios e superações coletivas, e quatro discentes destacaram por aprendizados, crescimento e conquistas pessoais. E em outra pergunta relacionada, exprimem que os fatores pessoais e educacionais têm sido bem impactantes na trajetória de escolarização na universidade.

Visto isso, atentar para essas experiências é atentar também, de certo modo, para a historicidade de cada um e compreender as vivências como um ato valioso. E quanto às experiências na vida acadêmica dos sujeitos abordados, precisamente a maioria revela que as experiências pedagógicas marcaram suas vidas, o que nos leva a frisar novamente a questão didática, de modo a melhorar os recursos didáticos e as práticas existentes na universidade.

Muito se fala de inclusão, mas que pode estar se limitando apenas no acesso e o básico de acessibilidade. E proporcionar discussões dentro da Instituição é primordial para ampliar as reflexões, debates e práticas inclusivas no ensino superior, de modo que busque evitar qualquer tipo de preconceito. De acordo com Lobo (2015) ainda se vê pela marca histórica, cicatrizes dolorosas que ainda latejam no cotidiano. E mesmo com diversas leis e declarações formuladas e reformuladas com o passar dos anos para a existência da inclusão na educação:

O respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades para todos os alunos requer investimentos e ações governamentais nas próprias universidades. É preciso investir na acessibilidade, na previsão e provisão de recursos materiais e humanos para esse alunado. Caso contrário, a efetivação de sua inclusão no ensino superior será improvável (MOREIRA, 2005).

Assim, deve-se atentar para essas trajetórias, de modo que propicie reflexões sobre o respeito à diversidade. Logo, a visibilidade para discussões são imprescindíveis para mostrar o papel que a universidade tem na valorização da pluralidade, pois deve ser um local de encontro de diferentes culturas, de modo que ofereça condições para espaço de fala das pessoas que vivem nesse lugar, considerando que é uma comunidade composta por alunos de diferentes grupos sociais, com experiências, memórias e emoções pessoais que merecem ser compartilhadas e representadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar e analisar as trajetórias de escolarização de alunos com deficiência que ingressaram nos cursos de graduação. Destacando fatores que dificultam ou favorecem a inclusão no espaço universitário, através das práticas educacionais e sociais que possibilitem o acesso, a acessibilidade, a aprendizagem e a permanência desses alunos.

As experiências de estudantes de cursos de ensino superior são muito valorosas, visto que é uma comunidade composta por diferentes grupos sociais, com experiências, memórias e emoções pessoais que merecem serem expressadas. É perceptível que as experiências de escolarização são construídas ao longo da historicidade e culturas. Desta forma, é crucial incentivar debates na universidade que ressaltam a importância da efetividade da inclusão com bases nessas trajetórias, pois de certa maneira provoca quem está dentro da universidade e instiga quem está fora dela.

É necessário visar uma cultura de acessibilidade, mas não somente retratar palestras com educadores da área, e sim firmar isso com representações de quem mais tem propriedade para falar sobre o tema, os próprios sujeitos, de modo a atentar para as vivências cotidianas de pessoas com deficiência, “isto significa que valores, crenças, conceitos e atitudes são assimilados e construídos em processo de representações e de reflexões críticas sobre essas representações.” (OLIVEIRA, 2004, p. 17). E para isso acontecer, é preciso rever tanto nossas convicções de saberes, quanto às políticas educacionais existentes.

Nessa perspectiva, por meio das experiências dos discentes desta pesquisa, é crucial debater a compreensão dos termos de acesso, acessibilidade, aprendizagem e permanência, a qual vão muito além de entrar na instituição e observar que tem um banheiro acessível ou uma rampa. Falar de aprendizado e permanência exitosa de alunos com deficiência na universidade é indispensável para desenvolver uma cultura de acessibilidade, aquela que leva em consideração as experiências, as necessidades e condições peculiares desse público, certo de que, como ressalta Manzini (2008), a falta de acessibilidade reflete as barreiras atitudinais.

Portanto, através da historicidade, o ingresso do aluno com deficiência é um avanço no ensino superior, porém é necessário observar e buscar uma participação plena desse estudante no ambiente universitário. De um modo geral, a Universidade Federal do Pará do campus de Altamira tem procurado contribuir no desempenho da inclusão, porém precisa melhorar bastante e driblar as barreiras que ainda acontecem, de modo que atente para a adequação dos espaços, promova discussões para evitar as discriminações/preconceito e uma boa preparação dos professores para atender todos os alunos. Visto que, o acesso à uma educação democrática se efetua quando é oferecida uma formação qualificada, com intuito de consolidar a inclusão na sua totalidade e não de forma isolada.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BONDIA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. *Revista Brasileira de Educação*, [S.l.], n. 19, p. 20-28, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto Federal nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/2fmnKeD>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 29 nov. 2022.

_____. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acesso em: 25 mar. 2022.

_____. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

_____. **Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial**. Saberes e práticas da inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunoscegos.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: MEC/INEP. 2010. Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>. Acesso em Abril de 2022.

CAIADO, Katia Regina Moreno. **Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiências**: destaques para o debate sobre educação. Revista Educação Especial, v. 22, n. 35, set./dez. 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 22ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HONORA, Marcia e FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as Deficiências: Ciranda da Inclusão**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Diléia Aparecida; LEITE, Lúcia Pereira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 23, n. 89, p. 984-1014, 2015.

MARTINS, Fernanda Adorno. Google forms como ferramenta de apoio: experiência docente em meio à pandemia corona vírus. In: **Anais do CIET: EnPED: 2020-** (Congresso

Internacional de Educação e Tecnologias| Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância), 2020.

MANZINI, Eduardo José. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. In: BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina e JESUS, Denise. **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre. Editora Mediação, 2008.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOREIRA, L. C. **Retratos da prática avaliativa no contexto da sala de aula universitária com alunos com necessidades educacionais especiais**. UFPR, 2005. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:UxjWQwyPCSIJ:28reuniao.nped.org.br/textos/gt15/gt151025int.rtf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 22 de set. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

SCHEERENS, J. **Melhorar a eficácia das escolas**. Porto: ASA, 2004.

PIMENTA, Cláudia Marisa Ferreira Machado. **Acesso e permanência de estudantes com deficiência visual em uma Instituição de Educação Superior**. Tese (doutorado) - Universidade Federal Da Bahia. p.34, 2017.

TOMELIN, Karina; DIAS, Ana Paula; SANCHEZ, Cintia; PERES, Juliana; CARVALHO, Silvia. Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. **Rev. Psicopedagogia**, Pinheiros-SP, v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v35n106/11.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

TORRES, Josiane Pereira; SANTOS, Vivian. Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricos e educacionais. **Educação, Batatais**, v. 5, n. 2, p. 33-52, 2015.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed – Curitiba: IESDE, Brasil S.A., 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Os Românticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social**. 2º Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2021). **Dados PCD's UFPA 2021**. <https://saest.ufpa.br/coaccess/index.php/dados-pcd-s-ufpa/> Acesso em: 01 de Out. de 2022.

VELOSO, Tereza; MACIEL, Carina. Acesso e permanência na educação superior – análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 224-250, jan./abr. 2015.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª edição, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

APÊNDICE1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NO CAMPUS DE ALTAMIRA, conduzida por Samantha Costa Conceição, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Roseane Rabelo Farias. Este estudo tem por objetivo: identificar e analisar as trajetórias de escolarização de alunos com deficiência que ingressaram nos cursos de graduação na Universidade Federal do Pará-campus Altamira.

Você foi selecionado(a) por fazer parte da Universidade Federal do Pará como discente. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. Sua participação não é remunerada nem implicará em gastos para você.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer dados que vai possibilitar identificar as questões como: experiências de escolarização, acessibilidade, permanência, assistência estudantil e desafios no percurso acadêmico.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Me comprometo em tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes. Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua.

Segue o telefone da pesquisadora responsável: (91) 98322-9508

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

APÊNDICE 2

Roteiro para aplicação questionário

Dados de identificação

1-Na sua opinião, a UFPA-Campus Altamira, oferece condições necessárias para receber os alunos com deficiência?

- Sim
- Não
- Em parte

2-Em relação a acessibilidade, na sua opinião o que precisa melhorar na universidade?

- Atitudinal (Percepção do outro sem preconceitos)
- Arquitetônica (Física)
- Metodológica (Metodologia de ensino)
- Instrumental (Superação de barreiras em ferramentas de estudo, atividades profissionais e lazer)
- Programática (Regimentos, normas e leis)

3- Na sua opinião, existe acessibilidade física/estrutural na universidade?

- Sim
- Não
- Na maior parte

4-Na sua opinião, existe preconceito e discriminação com os deficientes na UFPA do Campus de Altamira?

- Sim
- Não
- Às vezes

5- Você já sofreu algum tipo de preconceito dentro da Universidade que impactou sua permanência?

6-Você tem acesso a algum auxílio/bolsa pela Universidade? Se sim, qual?

7- Você acha que as estratégias de ensino, pesquisa e extensão que a Universidade oferece contribuem para a sua permanência no curso?

- Sim
- Não
- Em parte

8-Como você avalia sua trajetória acadêmica de aprendizado até o presente momento?

- Ótima
- Boa
- Moderada
- Ruim
- Péssima

9-Que frase melhor representa sua trajetória até o presente momento na universidade?

- Trajetória marcada por dificuldades, desafios e superações pessoais.

- Trajetória marcada por parcerias, apoio e superações coletivas.
- Trajetória marcada por invisibilidade.
- Trajetória marcada por aprendizados, crescimento e conquistas pessoais.
- Outra

10-Que fatores têm sido mais impactantes na sua trajetória de escolarização na universidade?

- Fatores pessoais
- Educacionais
- Sociais
- Outros

11-Você teve alguma experiência que marcou sua vida acadêmica?

- Não
- Sim, uma experiência pedagógica (relacionado a um aprendizado)
- Sim, uma experiência afetiva (relacionado a relacionamentos pessoais)
- Outra

12-Como avalia o relacionamento com os colegas, servidores e professores da sua Faculdade?

	Bom	Ótimo	Ruim
*Colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
*Servidores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
*Professores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13-Você se sente incluído na turma, nos trabalhos em grupos e nas trocas de informações com eles?

- Sim
- Não
- Às vezes

14-Que práticas educacionais favorecem sua permanência na universidade?

- Práticas de ensino
- Práticas de pesquisa
- Práticas de extensão
- Não há
- Outra

15-Que atividade você está desenvolvendo na Universidade, além do ensino?

- Pesquisa
- Extensão
- Estágio
- Representação Estudantil
- Outros
- Nenhum

16-Quais as maiores dificuldades que enfrentou em sua trajetória acadêmica durante o curso?

- Acessibilidade física
- Acessibilidade curricular/pedagógica

- Relacionamento com os professores
- Relacionamento com os colegas
- Outros

17-Quais são seus maiores desafios para permanecer na universidade?

- Financeiro
- As atitudes de professores e colegas
- Questões metodológicas e curriculares
- Questão de saúde física e mental
- Outros

18-Você recebe algum apoio psicológico ou pedagógico da Faculdade/Universidade?

- Não
- Sim, apoio psicológico
- Sim, apoio pedagógico
- Sim, os dois